

Vigilância – apenas nos reality show?

Um breve estudo da vigilância a partir de um programa de televisão do tipo *reality show*, mais especificamente o Big Brother II.

Regina P. Christofolli Abeche^{*}

Este trabalho investigou um programa televisivo do tipo reality show – “BBB2”, mais especificamente a vigilância – a qual os participantes estavam expostos durante o programa – e suas implicações na subjetividade dos participantes. A partir de uma leitura psicanalítica este “grande olhar” despertou o desejo, provocou a angústia, o pânico, a paranóia e impôs medidas de proteção... Esse olhar aparece na sociedade escópica e do espetáculo (DEBORD, 1997) sob o imperativo da fama, visibilidade, transparência, segurança e vigilância.

Palavras-chave: mídia, vigilância e subjetividade.

Paralelo à questão da vigilância explícita do programa “BBB2”, observa-se que na contemporaneidade, esta também vem sendo disseminada em alguns ambientes públicos e privados, havendo ainda algumas discussões sobre esse tema complexo. Para melhor compreender esse fenômeno na cotidianidade, será feita uma breve incursão sobre a vigilância, abordando a sua especificidade em relação ao sistema neoliberal, ao público, ao privado, à sociedade espetacular descrita por Debord (1997), e, por fim, aos seus resultados na subjetividade, especificamente lançando um olhar no “BBB2”.

Guinsberg (2001), traçou um paralelo entre o sistema neoliberal hegemônico e a violência. O sistema neoliberal pode ser entendido como o suporte doutrinário que acentua e pulveriza a violência e os níveis de insegurança gerados pelo mesmo, que acabam utilizando-se de maquiagens ideológicas para esconder o horror. O neoliberalismo é, portanto, o fundamento sobre o qual estão construídas as

^{*} Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, doutoranda da Universidade Metodista de São Paulo. Reside à rua Jouji Nakamura 73, Jd. Novo Horizonte. Maringá, Pr. CEP: 87010-110. E-mail: abeche@wnet.com.br

justificativas para a implantação da vigilância, sendo também gerador e responsável, em parte, pelas consequências subjetivas advindas da internalização dos valores que esse modelo hegemônico constrói e promove. Supondo-se que sempre, em toda a história, existiram graus de insegurança e medo, as características atuais são diferentes no grau, nas causas e nas condições (BRUNNER¹, 1998 apud GUINSBERG, 2001, p.165):

Ya se señaló lo suficientemente demostrado – incluso por las frías estadísticas de sus defensores – sobre las consecuencias de la implementación de este modelo, sobre todo el aumento de la brecha entre naciones y entre sectores de éstos, la desaparición de numerosos beneficios sociales y de seguridad laboral antes existentes, el incremento del desempleo, la disminución de salarios (en particular en países del mundo subdesarrollado) con la consecuente disminución del poder adquisitivo de los sectores populares, etc.

Guinsberg (2001) levantou algumas questões a serem pensadas. Associou a insegurança espalhada na contemporaneidade com as três fontes geradoras possíveis de sofrimento propostas por Freud (1981). A primeira é o próprio corpo, que, destinado à ruína e à dissolução, não pode prescindir da dor; a segunda, o mundo exterior, isto é, a natureza, cuja força hiperpotente e destruidora, pode abater a humanidade; e, por fim, a terceira, o vínculo com os outros seres humanos, isto é, a cultura. Em face desses sofrimentos inerentes à vida, e ante à possibilidade de amenizá-los, o indivíduo transforma parte do princípio do prazer em princípio de realidade. Freud (1981 p.3048) anuncia:

Si la cultura impone tan pesados sacrificios, no sólo a la sexualidad, sino también a las tendencias agresivas, comprenderemos mejor por qué el hombre primitivo estaba menos agobiado en este sentido, pues no conocía restricción alguna de sus instintos. En cambio, eran muy escasas sus perspectivas de poder gozar largo tiempo de tal felicidad. El hombre civilizado ha trocado una parte de posible felicidad por una parte de seguridad.

¹ BRUNNER, José J. *Globalización cultural Y posmodernidad*. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998.

Aqui se visualiza o centro do problema, isto é, quando a cultura não cumpre sua função, que, de acordo com Freud (1981), seria dar proteção ao ser humano ante à natureza e regular os vínculos recíprocos entre os homens, ou seja, a função de proteger e dar segurança. Guinsberg (2001, p.163) lança a seguinte pergunta:

[...] ¿qué ocurre cuando esas funciones de la cultura no se cumplen de manera suficiente y, como ocurre actualmente, la sensación y realidad de inseguridad agobian a los sujetos? ¿Qué ocurre con el principio de realidad que por eso prima sobre el principio de placer: es un fracaso de la cultura en general, o de formas particulares de cultura?

Guinsberg (2001) escreve que as respostas a essas perguntas são complexas, mas que o atual incremento da insegurança afeta essencialmente a terceira fonte de sofrimento, que é a relação entre os homens. Desse modo, o medo é uma faceta do homem do tempo atual que produz situações de angústia, inclusive crônica, e modifica formas de vida e hábitos de conduta, comportamentos esses que podem ser vistos como paranóicos. O que se produz nesse clima social de violência e insegurança é a busca de segurança inexistente. Assim, nas novas configurações de convivência social, o grande e o pequeno olho acabam tornando-se imprescindíveis para proteger e defender o indivíduo de um olho muito maior, invisível, criado pelo imaginário social que pode destruir/excluir o indivíduo definitivamente do jogo da vida. Esse grande “olhar invisível” – entendido, neste trabalho, como o olhar do grande capital utilizando como base a frase de Carone (1991), já aqui citado. Ele aponta com muita propriedade que o capital é o “grande e poderoso sujeito”, que na contemporaneidade tem as características concedidas ao divino, como onipotência, onipresença e onisciência. Porém um “divino” poderoso não para proteger, mas para destruir. Não só pela violência provocada pelos roubos, assaltos e atos de terror, mas pela violência criada pela lei do darwinismo social (BAUMAN, 2001), cujos vencedores serão guiados não apenas pela lei do esforço e da habilidade, mas também dos que têm sorte².

O tema vigilância tem provocado uma série de discussões ao seu redor. Isso pode ser constatado a partir de alguns títulos de reportagens, tais como “A guerra da

² Esse tema é discutido com maiores detalhes quando, neste trabalho, discorre-se sobre a prova do líder.

privacidade”³, “Estão de olho em você”⁴, “Medo muda a rotina de 74% em São Paulo”, “A ocultação do real”⁵, “Big Brother EUA: nunca a sociedade americana foi tão vigiada”⁶, “De Uncle Sam a Big Brother”⁷, “EUA aumentam vigilância sobre população”⁸, entre outros.

Essas reportagens abordam desde questões da vigilância na atualidade e as formas com que as mesmas vêm sendo construídas e justificadas, até as preocupações e as reações que mobilizam/demandam esse tema.

Não há dúvida de que a insegurança hoje é um dos fenômenos mais discutidos em quase todo o mundo, considerando que o incremento da violência é parte inseparável dessa insegurança mesma. A primeira justificativa da proposta de uma vigilância absoluta surge como um antídoto para a insegurança e o medo advindos da violência disseminada, não apenas no âmbito mais restrito, mas até em âmbito global. Um marco histórico é que, depois da queda do *World Trade Center*, no dia 11 de setembro de 2001, que traz em seu bojo uma promessa de apaziguar o pânico promovido/instaurado, embutido na figura do simbolismo do terrorismo – portador do mal – atribuído a uma parcela da humanidade, a vigilância ganha o chavão “a vigilância é para a proteção da população”. Essa é a única possibilidade de prevenção a favor da segurança e do “bem vencer o mal” (palavras do presidente americano Bush, 2001)⁹.

Outro fato elucidativo e que contribui para os indivíduos aderirem ao ser vigiado é também a violência urbana, que provoca um “[...] medo coletivo, quase desamparo, [...] no abandono o medo [...] se propaga exponencialmente [...] Onde está

³ GARFINKEL, Simson. A guerra da privacidade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 mar. 2000. Caderno Mais, p.11-13.

⁴ LEPIANI, Giancarlo. Estão de olho em você. *Veja*, São Paulo, 30 maio 2001, p.77-84.

⁵ GIANOTTI, José Arthur. A ocultação do real. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 out. 2001. Caderno Mais 07, p.12-13.

⁶ DÁVILA, Sérgio. Big Brother E.U.A.: nunca a sociedade americana foi tão vigiada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2002, p.A-23.

⁷ DE Uncle Sam a Big Brother. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 nov. 2002. Sem paginação.

⁸ AITH, Marcio. EUA aumentam vigilância sobre população. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 set. 2002. Folha Mundo, p.A-8.

⁹ Estas palavras foram transmitidas em vários canais de televisão e nos jornais, já se fizeram presentes para o conhecimento da população.

o Estado nessa cidade, crescendo a estética de vandalismo?”¹⁰. Nesse contexto, para alçar o amparo, a segurança é imprescindível ao desenvolvimento do psiquismo, pois a vigilância é posta como requisito para se ter segurança, fazendo supor que, a priori, todos são maledicentes.

Dessa forma, inaugura-se o álibi para se recorrer ao “grande olho mágico”, que é a vigilância irrestrita, inscrevendo-a na cotidianidade, propagando-se a idéia de que se deve abdicar de certa privacidade para se obter, como resultado, a necessária segurança. A vigilância é propagada como algo que vai ser realizado em prol do ser humano. Assim, implanta-se, paulatinamente, de forma edulcorada/glamourizada, um novo modelo cultural de controle/opressão em que as massas do globo terrestre encontram uma classificação de mundo como esse que está sendo vítima e facínora, e alguns valores, dentre eles a vigilância, que lhes infundem segurança e proteção. Isso como se o estar sob vigilância já não fosse um ato de terror/horror em relação ao pudor, ao sigilo e ao íntimo.

O segundo motivo pelo qual se deseja implantar a vigilância tem como fonte o mercado. Os publicitários perceberam o óbvio. O modo mais eficaz para se conhecer o gosto do cliente é observar sua atitude diante do produto. Assim, é observada minuciosamente cada atitude do consumidor. Esse fato é registrado por Dávila (2002, p.23)¹¹:

[...] como ratos num laboratório gigante, consumidores são filmados em ação nos detalhes [...] Quanto tempo uma pessoa ficou parada diante de um produto. Qual o cartaz de ofertas que foi mais observado. Quem riu. Quem fez cara feia. Qual o preço que despertou comentários.

Ocorre assim o registro rotineiro dos hábitos de consumo e locomoção num grande banco de dados, sobre o qual o consumidor não tem nenhum controle. Esse se tornou um meio fácil e que não deixa rastros para se adentrar na privacidade dos indivíduos, isto é, a tecnologia permite o acesso à privacidade de forma discreta e eficiente. Outro exemplo são os programas interativos da televisão, que registram cada toque no controle remoto e enviam de volta para a operadora dados sobre tudo que foi visto pelo dono do aparelho de televisão e/ou computadores. De posse das

¹⁰ Dados obtidos na pesquisa realizada pela Datafolha. In: MEDO muda a rotina de 74% em São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p.C-7, 17 maio 2002.

¹¹ DÁVILA, Sérgio. Big Brother EUA: nunca a sociedade americana foi tão vigiada. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2002, p.A-23.

informações, as empresas conseguem identificar os hábitos dos consumidores e oferecer outros produtos compatíveis com as preferências dos mesmos.

O terceiro motivo, que mais facilmente leva à sua aceitação, é que a vigilância promete o desfrute da sociedade moderna. O indivíduo pode pagar a refeição com cartão de crédito, comprar passagens aéreas via e-mail e outras vantagens a mais, valorizadas e viabilizadas pela sociedade tecnológica. Tais fatos colocam sob suspensão toda a atribuição de significados, ao destruir a capacidade de discriminação, que é denominada por Costa (1986) como “violência simbólica”. Isso acontece ao ocultar-se o significado da vigilância, ludibriando assim o consumidor via ideologia das facilidades, atribuídas à invasão da vida privada.

O quarto motivo é aquele pelo qual o “ser” visto atentamente é altamente valorizado. Está ligado ao fato de o “grande olho mágico” proporcionar a tão desejada fama, que, supostamente, na sociedade espetacular, possibilita a “singularidade” do indivíduo (KEHL, 2002b). Em sua tese lançada no ano de 1960, Debord aponta a inversão na relação entre o público (cidadania) e o privado (Íntimo e subjetivo), ao dizer que há mais ou menos meio século a sociedade tem sido majoritariamente regida não mais pela política, religião, escola e família, mas pelo espetáculo. De acordo com Kehl (2002b, p.3), “[...] na sociedade do espetáculo o impacto midiático dos eventos é tão mais importante do que seu lugar na história ou suas consequências políticas, que adquire autonomia sobre todos os outros acontecimentos”.

Em outras palavras, o poder da imagem esconde as operações da própria notícia, e os indivíduos, sob o impacto da mídia, ficam quase que exclusivamente com o que foi estrategicamente programado, ocultando os elementos que possibilitariam o exercício do viver para si e para a sociedade (cidadania). Esse ocultamento, segundo Debord (1997), é central na lógica do espetáculo.

Na sociedade do espetáculo, o espaço público é substituído pela visibilidade. Assim o indivíduo estima mais a participação na sua exposição/exibição, pois esta produz mais efeitos sobre o tecido social do que a participação ativa nos acontecimentos e assuntos da sociedade. Essa situação culmina no indivíduo desenraizado de suas tradições, memórias e história de vida – conseqüentemente no isolamento anticidadania. Para existir no espaço público o indivíduo precisa passar pela fama midiática, cujo espaço supervaloriza a construção de uma imagem em cima

da própria imagem. A subjetividade e a cidadania são substituídas pela exposição, isto é, troca-se o indivíduo-sujeito pela fama (KEHL, 2002a); tanto a cidadania quanto a intimidade são destruídas em suas especificidades. A privacidade tornou-se, dessa forma, uma moeda de barganha na qual o indivíduo, atraído pela sedutora fama, troca a sua intimidade e pudor por “15 minutos de fama” (COELHO, 1999). Ainda se pode destacar a fama como um edulcorante que encobre a violência e o horror implícito na vigilância, o que gera a banalização do mal.

A fama segundo Debord (1997), é o resultado do ter da sociedade de consumo, apresentada tão claramente, que nas propagandas transmite uma mensagem ideológica, via indústria cultural, que induz o indivíduo, com o seu ego regredido e fragilizado, a não acionar as suas instâncias psíquicas superiores. Esse indivíduo, sendo incapaz de discernir, acredita que, em lugar de comprar objetos necessários para o uso, está comprando, amizade, companheirismo, beleza, viagens, charme e sexo. Isso como se libido fosse mercadoria e estivesse à venda, não sendo um atributo inerente ao ser humano, capaz de atender a alguns dos seus desejos e conquistar o outro humano. O sujeito é capturado, aprisionado pela ideologia e esvaziado. Isso torna imprescindível, na cultura do ter, da visibilidade, isto é, do parecer (DEBORD, 1997), que a sociedade do espetáculo seja o ápice da sociedade do consumo. Ela apresenta uma imagem virtual/real mais abrangente e nítida e, ao mesmo tempo, falsa. O indivíduo é fisgado pela sua própria imagem – narcisismo –, não discernindo os limites do que produz vida, do que produz morte, do “eu” e do “não-eu”. Impossibilitado de uma certa autonomia, engessado por uma máscara mortuária (ADORNO, 1986a), o que é visível ao outro, *a priori* anuncia a morte de si mesmo. O tempo de ser sujeito da sua própria história é diferente do tempo do ter da sociedade de consumo e do tempo da visibilidade (KEHL, 2002b) da sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997).

Algumas constatações e discussões surgem a partir da vigilância normalizada pelas contingências vigentes. Uma delas é a constatação de que o Estado tornou-se terrorista ao cercear os direitos do cidadão, submetendo-os a uma vigilância abusiva, impondo um padrão repressivo conforme aspiram os regimes totalitários descritos por Orwell (1949)¹² no livro “1984”, obra em que o escritor britânico, decepcionado com o socialismo de Stalin, critica as sociedades totalitárias.

¹² ORWELL, George. 1984. 1.ed. [S.l.]: Companhia Editorial. 1988. 277p.

Para fugir do medo e obter segurança, para usufruir a tecnologia e submeter-se/conformar-se às leis do livre mercado, o indivíduo tem sua privacidade/intimidade devassada. Para obter “segurança”, o indivíduo assume a condição de suspeito, vive sob a condição de ser criminalizado até que se prove o contrário. Safire (2002)¹³ aponta que uma gigantesca base de dados permitirá que o governo conheça, a respeito de cada residente nos EUA, todas as suas compras com cartão de crédito, todos os periódicos assinados, todas as receitas médicas aviadas, todos os sítios da Internet visitados, todos os e-mails enviados ou recebidos, todos os depósitos bancários feitos, que somará a outras informações já disponíveis.

Acrescentando-se a esses dados, tem-se o projeto Echelon¹⁴: “[...] é um sistema utilizado pela NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos, para interceptar e processar comunicações internacionais difundidas via satélite” (GERALDES, 2003, p.1). Encontra-se também no mercado um chip de computador denominado Digital Angel, do tamanho de uma moeda de um centavo. Ele pode ser embutido em um objeto de uso pessoal, como cinto, brinco, relógio, ou ser implantado sob a pele do sujeito¹⁵. Por meio desse sistema é possível rastrear e localizar um indivíduo em qualquer parte do planeta. Os recursos mais simples de vigilância usados atualmente são as câmeras de vídeos, que já estão implantadas em vários espaços públicos e privados como shoppings centers, edifícios residenciais, estabelecimentos oficiais, residências eletrocutadas etc. Além disso, não se pode deixar de lado a Internet, visto que esta diz respeito a um dos espaços de comunicação no qual é muito difícil preservar o sigilo e a vida privada.

A vida do indivíduo, na atualidade, em algumas circunstâncias, é bisbilhotada e escarafunchada a cada passo dado; ele não tem como fugir da vigilância indesejada. Um exemplo comum é a mensagem, geralmente enganosa, encontrada em ambientes públicos, principalmente onde há comércio: “sorria, você está sendo filmado”. Provavelmente o leitor, sentir-se-á protegido; em contrapartida, perderá sua espontaneidade, cuidará melhor de suas atitudes, atentará para a imagem que está transmitindo, irá se preocupar com a aparência pelo fato de “alguém” estar

¹³ SAFIRE. Você é um suspeito. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 15 nov. 2002.

¹⁴ O Echelon consiste numa rede global de computadores que tem principalmente a função de capturar, procurar e analisar mensagens, através de milhões de palavras-chave que são pré-programadas, em chamadas telefônicas, faxes, e-mails e telex interceptados por meios eletrônicos. Dados colhidos da Revista do Linux. Fonte: <<http://www.revistadolinux.com.br/ed/012/echelon.php3>>. Acesso em: 18 abr. 2003.

¹⁵ LEPIANI, Giancarlo. Estão de olho em você. *Veja*, São Paulo, 30 maio 2001, p.77-84.

espionando. Finalmente, tal mensagem pode despertar no leitor o sentimento de raiva por ter sido invadido em sua privacidade e/o por se dar conta de ter sido enganado. Tais recursos colocam o indivíduo na atualidade vivenciando a atribuição de ser suspeito. A sensação de estar sendo quase que permanentemente vigiado na vida. A vigilância promete segurança, mas condena o indivíduo ao desconforto de ser considerado não-confiável.

O ato de banalizar a vigilância, ao expor a todos, de forma corriqueira, ao grande olhar invisível, pune, disciplina e coloca o indivíduo na categoria de suspeito. Como diz Caniato (no prelo)¹⁶,

A perversidade embutida na internalização destas atribuições sociais de malignidade (violência social internalizada) são difusas e antagônicas em especial quando se tornam inoperantes as funções egóicas de discriminação do real inimigo/opressor. Revertida e deslocada para o mundo interno e inconsciente dos indivíduos, tais representações ideologicamente pervertidas, embebem a vida psíquica dos sujeitos, passam a administrar seus desejos, seus sentimentos, seus pensamentos e suas ações nos moldes a torná-los cooperadores/cúmplices da crueldade social que os atormentam.

A vigilância diminui ainda mais o espaço público e invade o espaço privado, tornando-o o ápice do espetáculo. A intimidade, assinala Costa (1999), passou a ser moeda de troca, um produto que se vende, sobretudo como grife do estilo de vida dos vencedores; ela foi roubada de sua atração moral e emocional. Ainda no dizer de Costa (2001, p.16)¹⁷: ao se banalizar a invasão da privacidade, “[...] está-se abrindo mão de uma das mais nobres aquisições éticas de nossa cultura, o direito à espontaneidade”.

O que se escancara com a vigilância no programa “BBB2” é a mobilidade na fronteira entre o público e o privado. A esfera pública se redefine como um palco no qual a vida privada é encenada e publicamente observada – voyeurismo. Segundo Bauman (2001), esses programas esperam que os participantes coloquem sua vida privada à disposição do público e não se importem com o que será feito com a sua

¹⁶ CANIATO, Angela Maria Pires. *Da subjetividade sob sofrimento narcísico numa cultura da banalidade do mal*. (no prelo).

imagem. Nesse programa, os participantes têm sua intimidade violada, manipulada. A quebra do sigilo pode ser efetivada em situações excepcionais como, por exemplo, as citadas por Costa (1999), envolvendo riscos de vida ou atentado à liberdade de todos ou de muitos. O direito de adentrar a privacidade do outro não deve ser entregue a qualquer um, muito menos à escória social que faz das dores e misérias uma fonte de renda e que pode, pela ganância do lucro, violar a intimidade e expor o indivíduo a uma das piores formas de humilhação, escondida e anestesiada por trás da máscara da fama. Os indivíduos perdem, quando se sujeitam a essas atrocidades, o direito à privacidade, com as conseqüências que advêm dessa circunstância.

O homem e a mulher, na atualidade, são responsabilizados e culpabilizados como se fossem mônadas. Acrescente-se o esvaziamento que ocorre do passado, como memória histórica e do futuro, como projeto a ser construído pelo eterno aqui e agora. Kurz (2001, p.12)¹⁸ aponta:

[...] a ordem reinante do sistema social foi alçada a dogma de legitimidade natural alheia a qualquer possibilidade de valoração, daí o motivo da causalidade de experiências negativas recair nos indivíduos em sua existência imediata. O indivíduo é culpabilizado pelos seus próprios infortúnios ou fracassos, mas também crises, violências e catástrofes sociais que só podem ser causados por grupos ou indivíduos subjetivamente culpáveis, o erro nunca está no próprio sistema.

Dessa forma, preserva-se o funcionamento das estruturas da sociedade e o homem e a mulher são culpabilizados. O indivíduo procura as causas de suas misérias e derrotas na própria indolência e preguiça. Os seus olhos estão apegados ao seu próprio desempenho e, portanto, desviados do espaço social onde as contradições da existência individual são coletivamente produzidas. Nesse contexto, emerge o indivíduo do individualismo, da exclusão e da competição. O privado coloniza o espaço público e este, esvaziado de sua civilidade, é denominado por Bauman (2001) como “não-lugar”, um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, das relações e da história. O mesmo fala Lipovetsky (1983), ao identificar a

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. O direito à espontaneidade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 set. 2001. Folha Mais, p.16.

¹⁸ KURZ, Robert. Populismo histórico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2001. Caderno Mais. p.12-13.

inexistência de uma disciplina na vida coletiva e o apelo dos indivíduos à prevalência da “ética do instinto” – hedonismo.

Na vigilância, sob suspeita, o indivíduo facilmente elimina qualquer possibilidade de espontaneidade. Costa (1999) diz que o direito ao sigilo é imprescindível ao exercício do pensar. Ainda segundo o autor, a construção da identidade é possível quando o indivíduo decide o quê, como, quando e a quem falar. Quando o pensamento corre à revelia, é a individualidade que se dissolve. Evidenciam-se nesse pensamento duas posições teóricas. A primeira diz que o indivíduo precisa de um espaço de intimidade para permitir-se a naturalidade, a espontaneidade, o erro e finalmente a criação. De acordo com a segunda, é o direito à privacidade que outorga ao indivíduo sua identidade. Quando não se tem mais nada que fique longe da expropriação do público, quando não se tem mais segredo incontável, quando o confessionário é algo exposto, cujo conteúdo é motivo de chacota, crítica e avaliação de uma multidão anônima e desconhecida – os telespectadores –, o indivíduo fica totalmente entregue/submetido à lógica exercida pela vigilância, que é invasiva e esvaziadora.

O indivíduo paralisado, impossibilitado de pensar e criticar, com o ego fragilizado, aciona um mecanismo de defesa denominado identificação com o agressor (ANA FREUD, 1978), deslocando para os seus pares a condição de vigilância e tornando-os pequenos vigias para cooperar na sua autocensura/massacre e manter o *status quo*. Quer dizer, fica à mercê do grande olhar invisível que o aprisiona e tira de si a possibilidade da construção do seu pensamento, de uma forma de ser que lhe permita a autonomia e a individualidade (ADORNO, 1995), imprescindíveis à edificação de um ser verdadeiramente humano. O resultado dessa situação é a impossibilidade de a alteridade ser reconhecida. A diferença é eliminada, o desejo aprisionado, a liberdade é restrita para se atender às concupiscências limitadas às escolhas impostas pelo mercado. Por fim, na falta de privacidade, a autonomia é impedida e a construção da alteridade barrada. A expressão da democracia, nessas contingências, fica impossibilitada e o indivíduo torna-se um autômato/mercadoria que reserva o direito de não existir para fugir do grande olhar invisível.

Na atualidade a violência espalhou-se porque se vive hoje sob o signo da impunidade (CANIATO, 1999). Vale a pena destacar aqui o prognóstico de Garfinkel (2000, p.12)¹⁹:

[...] nos próximos 50 anos veremos surgir novos tipos de ameaça à privacidade cujas raízes não estão no comunismo, e sim no capitalismo, no mercado livre, na tecnologia avançada e na troca desenfreada de informação eletrônica [...] O problema da palavra privacidade é que realmente ela não transmite a idéia completa. Privacidade não se trata apenas de se ocultar coisas. Trata-se de controle da própria vida, da autonomia e integridade. Ao expressar-se no mundo informatizado do século XXI, a privacidade será um dos direitos civis mais importantes. Mas o direito à privacidade não é o direito de fechar as portas e as cortinas, talvez com a intenção de praticar alguma atividade ilícita ou ilegal. É o direito de uma pessoa controlar que detalhes de sua vida fiquem restritos à sua própria casa e que não vazem para o exterior.

O tema vigilância carece de uma crítica mais contundente, pois, na perspectiva democrática, o avanço da tecnologia não pode ser sinônimo de perda dos direitos individuais nem de opressão. Ao se instalar a vigilância na rotina da cotidianidade, instaura-se a exigência de um exacerbamento da proteção da intimidade, que, segundo Sennett (1988), chama-se tirania da intimidade, impelido e orientado por um pensamento persecutório de desconfiança gerado pelo horror e pela possibilidade da punição. Nesse espaço se articula a censura, que, por sua vez, restringe a ação, destituindo o indivíduo da sua força vital, isto é, ocorre a degenerescência da libido. Observou-se no programa “BBB2” um paradoxo nas cenas de intimidade dos casais, em que a presença do outro funciona como um vigia perturbador, que impede a expressão da força vital da sexualidade, como confirma Freud (1981, p.3043), “[...] *la antítesis entre cultura y sexualidad del hecho de que el amor sexual constituye una relación entre dos personas, en las que un tercero sólo puede desempeñar un papel superfluo o perturbador*”. Logo, ao eliminar-se a liberdade, a força do desejo é enfraquecida pela inexistência do gozo na privacidade.

¹⁹ GARFINKEL, Simson. A guerra da privacidade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 mar. 2000. Caderno Mais, p.11-13.

Assim, ao mesmo tempo em que ocorre a decadência do privado, com sua simultânea transparência, o público está ocupado pelo privado pervertido ou por vínculos de competição untados do valor “salve-se quem puder”, que tem como consequência o esvaziamento da dimensão do coletivo acolhedor que proporcionaria o amparo imprescindível à vida. O privado está ocupado pelas cenas exibidas pela mídia e o telespectador acaba sendo cúmplice passivo ao aceitar ser moldado/formatado/padronizado pelos modelos identificatórios desfilados pela mídia, que atende prioritariamente à sociedade de consumo. A sexualidade explicitada durante o programa é apresentada ao telespectador como um modelo a ser seguido.

Hassoun (2002, p.36) associou a estrutura do “mal” no social à infelicidade individual e à crueldade melancólica:

O mal seria uma herança que se constitui e se estrutura no social num enunciado escandaloso: se há um Outro, só pode ser o outro do sofrimento e da exclusão, o outro portador de uma diferença insustentável e indiscernível. Uma cidade que pretende ter atingido a homogeneização só pode desprezar o Outro. Mas o que seria uma sociedade que nega a alteridade, senão uma horda tão mais feroz, tão mais melancólica quanto mais está disfarçada, maquiada e travestida numa série de instituições decadentes à força de exclamar um discurso consensual? Que seria a modernidade de que subtraísse a diferenciação simbolizada e as tensões sociais que a representam, senão aquela que vê seus laços se desfazerem e, desde então, só pode conceber o Outro paramentado dos traços do sofrimento?

As sociedades que esquecem a sua história e seus investimentos passados, acabam eliminando as diferenças e a possibilidade de uma criação a partir dos acertos e erros cometidos. O que se vê emergir, nas palavras de Hassoun (2002), é a impossibilidade de reconhecimento do Outro. Soma-se a esse cenário o fato de o mercado neoliberal, pautado nos interesses individualistas e lucrativos dos seus participantes, representar a afirmação do individual contra²⁰ o coletivo. De acordo com a explicação dada por Freud (1948b), o fenômeno do *pânico* seria a dissolução dos laços, a potencialização da multidão e o culto de um indivíduo já desprovido de sua essência humana.

Pereira (1999), baseado num texto de Dupuy²¹ (1991 apud PEREIRA, 1999), estudou a relação do desamparo com o pânico, observou a constituição do pânico, não como um caos psíquico, mas, como uma possibilidade de sobrevivência diante do desamparo. Esse autor discorreu sobre as similaridades do mercado capitalista com a multidão; em ambos, o interesse individual predomina sobre os laços grupais. Segundo ainda esse autor, fica implícito, na contribuição de Freud (1948b), o paradoxo do pânico: por um lado o pânico surge da ruptura dos laços libidinais que até então uniam a multidão, ruptura essa que se transmite por contágio de um indivíduo a outro; por outro lado, no pânico, a multidão expressa, em proporções extraordinárias, a própria multidão, uma vez que, nesse estado, a alma coletiva se dissolve. Dupuy²² (1991 apud PEREIRA, 1999) propõe um ponto fixo interno, o todo, organizador do pânico, constituído pela composição dos atos individuais. Utiliza como exemplo situações em que a multidão em pânico obedece, apesar da sua aparente desorganização, às orientações coletivas. Pereira (1999) acrescenta que no pânico uma certa organização de fuga instala-se imediatamente e que a adesão a grupos de fuga é mais intensa e imediata do que era a adesão à multidão. Assim, o pânico não é um simples estado psíquico caótico e incompreensível, mas uma resposta a um desamparo, ante o qual o indivíduo é levado a buscar ajuda e sobrevivência pela fusão a um “todo”. Supõe-se que a fusão com esse todo – ponto fixo ao mesmo tempo interno e transcendental – trará a segurança e completude que lhe faltam. Nessa perspectiva, o líder conduz as massas diante dos perigos inomináveis da existência (DUPUY, 1991 apud PEREIRA, 1999)²³.

A perspectiva assumida neste trabalho encontra-se na intersecção dos temas que sinalizam o desamparo no desencadeamento e manutenção das crises de angústia, que podem desembocar no pânico. Sob vigilância e desamparado, o indivíduo encontra-se excluído da possibilidade de ser agente histórico de ser autônomo e do seu poder decisório. Em face da censura, sob as luzes da ribalta, está impedido de acionar o seu instinto de vida, e toda a sua estrutura psíquica encontra-se vedada para a sua sobrevivência, ficando o indivíduo esvaziado do humano – a pseudo-individação (ADORNO, 1986b), a máscara mortuária (ADORNO, 1986a).

²⁰ A palavra “contra” foi utilizada aqui no sentido forte do tema, isto é, no sentido de inimizade e oposição.

²¹ DUPUY, J. P. *La panique*. Paris : Les empêcheurs de penser en rond, 1991.

²² DUPUY, op.cit.

²³ DUPUY, J. P. *La panique*. Paris, Les empêcheurs de penser en rond, 1991.

A pergunta que urge nesse contexto é: como os participantes do “BBB2”, longe dos seus amigos e familiares, reagem subjetivamente diante do grande olhar do outro e de tantos outros pequenos olhares, estilhaçados e encontrados nas 38 câmeras, no microfone portado pelo participante, que capta suas falas onde quer que esteja, na observação ao dirigir-se aos pares, porque todos estão proibidos até de escrever bilhetes entre eles, do diretor, do animador e de outras pessoas envolvidas com a organização e funcionamento do programa e milhões de telespectadores assistindo?

A seguir, serão apresentadas as leis psíquicas que regem e orientam esse tipo de relação, na qual o indivíduo é sempre alvo do olhar do outro, que, aparentemente, sem critérios definidos, vai levá-lo ao grande prêmio: o dinheiro e/ou a fama (aparecer na tela já é considerado, na sociedade escópica, uma possibilidade de existir nos espaços públicos).

O indivíduo, para sobreviver, precisa necessariamente do outro como ser do amparo (FREUD, 1981). Sob vigilância, diante do grande olhar do outro, na relação transferencial, acionam-se no vigiado a impotência e o sentimento persecutório, pois qualquer atitude que ele vier a tomar pode voltar-se contra ele mesmo. O seu instinto de vida encontra-se aprisionado. Essa situação é geradora de angústia ou de total apatia. Na apatia, o indivíduo entrega-se totalmente à impotência do ódio mobilizado e, impossibilitado de agir, naufraga no sentimento de culpabilização. A angústia advém do sentimento persecutório provocado pela situação de vigilância, que faz com que o indivíduo possa oscilar de uma simples atenção até o pânico diante desse olhar incógnito. Nesse momento, faz-se necessário um duplo esclarecimento. Primeiro, Freud (1948a, p.262) caracteriza o medo “[...] *como una reacción a la percepción de un peligro exterior, esto es, de un daño esperado y previsto. Esta reacción aparece enlazada al reflejo de fuga y podemos considerarla como una manifestación del instinto de conservación*”.

Nesse aspecto, o medo é um sentimento benéfico que aponta para a preservação da vida. Salvador Dalí²⁴ denomina atividade paranóico-crítica um método espontâneo de conhecimento, baseado na observação crítica, que permite aos indivíduos discernir, a partir de uma atenção mais crítica, os fatos apresentados especialmente pela mídia. Ao acionar a paranóia crítica, é possível afirmar o medo

como um sentimento que está envolvendo os participantes do “BBB2”, na tela televisiva, pois a partir de um olhar mais crítico pode-se concluir que a vigilância inerente ao programa provoca um medo real ao trazer a fama, isto é, os holofotes, que podem ser tanto para as suas virtudes como para suas ignomínias. E mais a edição, que por meio de colagens constrói um “real” próprio, mas distante da verdade.

Resta ao indivíduo, no total desamparo, como defesa diante do perigo de ser avaliado, acionar algumas defesas para viver sob o impacto da angústia e do pânico, com a intenção de proteger/cuidar da sua auto-imagem/estima. Segundo Costa (1999), diante do desamparo, em face do acaso, vive-se o desencantamento do mundo contemporâneo, ou seja, vive-se no limite do pânico ou no “[...] mais assassino conformismo” (COSTA, 1999, p.64). Nos dois casos, não há saída, pois pelo medo ou pela indiferença o indivíduo está prestes a compactuar com a banalidade do mal. Pode recorrer a alguns desses mecanismos ao construir uma imagem para ser transmitida pela mídia em cima da sua imagem, isto é, as palhaçadas realizadas por Cida, a depressão do Rodrigo e o pânico vivido por Manuela. E também o discernimento de Tarciana, quando, logo após uma conversa com o animador do programa, faz o seguinte comentário com o grupo: “Por que ele fez referência ao fato de eu correr, pois eu corro como todos aqui?”. Fica claro o sentimento de perseguição que paira sobre o grupo, dependendo das falas do animador, porque os participantes têm ciência de que está sendo transmitida uma imagem ao telespectador, que nem sempre confere com a realidade vivida no enclausuramento.

Por fim, Quinet (2002) aponta o olhar como o personagem central na lenda de narciso. O indivíduo, além de olhar, é objeto do olhar do outro. A psicanálise descreve as reações desse olhar. Ele desperta o desejo, provoca angústia, paranóia, impõe medidas de proteção... O olhar é um objeto privilegiado que desperta o interesse nas paisagens com suas imagens, que compõem o mundo empírico. Esse olhar aparece na sociedade escópica e do espetáculo sob o imperativo da fama, visibilidade, transparência e vigilância.

²⁴ MILAN, Betty. Quem está atento vive melhor. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 maio 2002. Folha Equilíbrio, p.16.

Referências

ADORNO, Theodor W. Crítica cultural e sociedade. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1986a. p.76-91. (Grandes Cientistas Sociais, 54).

_____. Sobre música popular. In: COHN, Gabriel (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1986b. p.114-146.

_____. Educação e emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 190 p.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258p.

CANIATO, Angela Maria Pires. A subjetividade na contemporaneidade: da standardização dos indivíduos ao personalismo narcísico. In: SILVEIRA, Andréa F. et al. (Org.). Cidadania e participação social. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1999. p.13-29.

CARONE, Iraí. De Frankfurt à Budapeste: os paradoxos de uma psicologia de base marxista. Psicologia-USP, São Paulo, v.2, n.1-2, p.111-120, 1991.

COELHO, Maria Claudia. A experiência da fama: individualismo e comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 148p.

COSTA, Jurandir Freire. Razões públicas, emoções privadas. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 145p.

_____. Violência e psicanálise. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 189p. (Biblioteca de Psicanálise e Sociedade, n.3).

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução: Essela dos Santos Abreu. 3.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238p.

FREUD, Anna. O ego e os mecanismos de defesa. Tradução: Álvaro Cabral. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 149p. (Coleção Corpo e Espírito, v.6).

FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. In: _____. Obras Completas. v.2. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981. p.3018-3067.

_____. Introduccion al psicoanalisis. In: _____. Obras Completas. v.1. Madrid: Biblioteca Nueva, 1948a. p.59-299.

_____. Psicologia de las masas. In: _____. Obras Completas. v.1. Madrid: Biblioteca Nueva, 1948b. p.1119-1157.

GUINSBERG, Enrique. La salud mental en el neoliberalismo. México: Plaza y Valdes, 2001. 238p.

HASSOUN, Jacques. A crueldade melancólica. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 156p.

KEHL, Maria Rita. Sobre ética e psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a. 203p.

_____. Visibilidade e espetáculo. In: CONGRESSO DOS ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE, 3., 2002b, Buenos Aires. Anais Eletrônicos. Buenos Aires: Estados Gerais da Psicanálise, 2002. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/terceiro_encontro/kehl-espetaculo.shtml>. Acesso: 3 dez. 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Tradução: Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Lisboa: Antropos, 1983. 205p.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico. São Paulo: Escuta, 1999. 394p. (Biblioteca de Psicopatologia Fundamental).

QUINET, Antonio. Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 312p.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: a tirania da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. 8.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 447p.